



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



CONTRATO Nº \_\_\_\_/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE VERTICAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA (ASCENSORISTAS), QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Proc. TRF2-EOF-2013/00053

**O Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo(a) **Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2013/00053, em consequência do Pregão Eletrônico nº 020/2013, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, por despacho lavrado à fl. \_\_\_\_ do Processo, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *prestação de serviços especializados em condução de veículo de transporte vertical, com fornecimento de mão-de-obra (ascensoristas), para os elevadores do complexo predial deste E. Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:



### 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em condução de veículo de transporte vertical, com fornecimento de mão-de-obra (ascensoristas) para os elevadores do complexo predial deste E. Tribunal, conforme especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico n.º 020/2013 e seus Anexos I, II, IV, V e VI, e na forma estabelecida no presente Contrato.

### 2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO EFETIVO MÍNIMO:

2.1 – Composto por 10 (*dez*) ascensoristas, operando em turnos diferenciados.

2.1.1 - Os serviços de condução de veículo de transporte vertical deverão ser realizados dentro do período de 07:00 às 21:00 horas.

2.1.2 - A jornada semanal de cada empregado da Contratada poderá perfazer um total de 36 (*trinta e seis*) horas, sendo a jornada diária fixada em 06 (*seis*) horas de trabalho, observado o intervalo de 15 (*quinze*) minutos para refeição, de acordo com o previsto nas “Planilhas de Postos de Trabalho”, constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2013, ou em consonância com a legislação em vigor, conforme tabela a seguir:

HORÁRIO	Nº DE ASCENSORISTAS
07:00 às 13:00 horas	01
08:00 às 14:00 horas	02
09:00 às 15:00 horas	01
11:00 às 17:00 horas	01
12:00 às 18:00 horas	01
13:00 às 19:00 horas	01
14:00 às 20:00 horas	02
15:00 às 21:00 horas	01
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

### 3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

#### **3.1 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

3.1.1 – Conduzir elevadores para o transporte de pessoas e de cargas aos andares do complexo predial, registrando os pavimentos solicitados para embarque e desembarque, mediante o pressionamento dos botões do painel de controle, observando os limites de carga, visando garantir a segurança os passageiros e cargas;

3.1.2 - Zelar pelo bom funcionamento, guarda e conservação dos elevadores;

3.1.3 - Auxílio no embarque e desembarque de passageiros, em especial aos portadores de necessidades especiais, idosos e crianças;

3.1.4 - Zelar pela segurança dos usuários e do equipamento utilizado;

3.1.5 - Efetuar testes, quando necessário, no sistema de alarme e de intercomunicação dos elevadores;

3.1.6 - Efetuar anotações acerca do funcionamento dos elevadores, repassando-as ao setor competente do Contratante, inclusive quanto ao sistema de alarme e de intercomunicação;

3.1.7 – Organizar as filas de passageiros no pavimento térreo;



3.1.8 – organizar a distribuição dos serviços nos diversos elevadores localizados nos Prédios Sede e Anexos do Contratante;

3.1.9 – Comunicar ao Contratante todo acontecimento entendido como irregular;

3.1.10 – Comunicar imediatamente ao empregado responsável pelo posto de trabalho, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

3.1.11 – Registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade dos empregados, bem como as ocorrências do posto de trabalho em que os mesmos estiverem prestando seus serviços;

3.1.12 – Orientar os empregados quanto à presteza no atendimento e cumprimento das normas internas;

3.1.13 – Acompanhar, diariamente, as ocorrências registradas relativas aos empregados sob sua supervisão;

3.1.14 – Exigir que os empregados prestem os serviços contratados devidamente identificados e uniformizados;

3.1.15 – Efetuar a substituição do empregado, em caráter imediato, em eventuais faltas;

3.1.16 – Providenciar a rendição dos empregados, quando de sua ausência dos postos de trabalho e, em especial, nos casos previstos na legislação trabalhista;

3.1.17 – Acatar as exigências do Contratante quanto à execução dos serviços, horários de turnos, rodízio entre os postos, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização;

3.1.18 - Substituir qualquer empregado, em caráter imediato, sempre que a conduta ou a qualidade dos seus serviços for julgada insatisfatória e prejudicial ao andamento dos serviços;

3.1.19 – Deverá executar, por indicação do Contratante quaisquer outros serviços, desde que sejam correlatos ao objeto contratado.

### 3.2 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - Os serviços poderão ser executados durante o final de semana, em horário integral, obedecendo à programação de serviços a ser elaborada pelo Contratante, com antecedência mínima de 48 (*quarenta e oito*) horas;

3.2.2 - Em caso de solicitações de emergência, o prazo de antecedência mínima para a elaboração da programação de serviços não será considerado, obrigando-se a Contratada a executar os serviços imediatamente;

3.2.3 - Os horários de expediente e de intervalo para refeição serão controlados através de cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente dos empregados da Contratada;

3.2.4 - O relógio de ponto será fornecido e instalado nas dependências do Contratante pela Contratada, sem ônus adicional para o primeiro, responsabilizando-se a Contratada por sua revisão e manutenção periódica;

3.2.5 - A Contratada se obriga a manter nas dependências do Contratante, em local a ser indicado, sem ônus adicional, uma estufa para aquecimento das refeições de seus empregados, em tamanho compatível com o número de empregados, responsabilizando-se a Contratada por sua revisão e manutenção periódica;



3.2.6 - A Contratada se obriga a manter na sala destinada à sua equipe de trabalho livro de ocorrências para registro de fatos relevantes que envolvam seus empregados;

3.2.7 - A Contratada deverá disponibilizar para o Contratante, a seu pedido, empregados da categoria, para atendimento aos serviços que só possam ser executados durante os fins de semana;

3.2.8 - Os serviços executados em finais de semana e feriados, com o efetivo residente, serão previamente aprovados pelo Contratante e serão remunerados de acordo com a legislação em vigor;

3.2.9 - Observada a legislação pertinente, poderá ser adotado o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, ou efetuada a remuneração devida, mediante faturamento discriminado no mês subsequente ao da prestação dos serviços, ficando a quitação do documento fiscal respectivo condicionada à autorização prévia do Contratante, que preencherá e assinará formulário próprio da Contratada, no qual constarão nomes, funções, datas e horários em que serão realizados os serviços;

3.2.9.1 - Os serviços prestados em jornada extraordinária, se passíveis de remuneração, serão faturados em separado do documento fiscal.

3.2.10 - A Contratada deverá disponibilizar todas as peças de vestuário, que constituirão os uniformes completos de seus empregados alocados nas dependências do Contratante, nas quantidades estabelecidas no subitem 3.2.15 desta Cláusula, no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, *[no máximo 30 (trinta) dias, conforme Proposta]*, contado **a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;**

3.2.11 - A cada 06 (*seis*) meses, independentemente do estado em que se encontrem, peças novas de uniforme e seus respectivos complementos, conforme subitem 3.2.13, por ascensorista, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, sempre na presença do gestor do Contrato, sendo vedado o repasse dos custos aos empregados;

3.2.11.1 - A substituição mencionada no subitem anterior deverá ocorrer, integralmente, às expensas da Contratada, e se dará mediante a devolução, pelo empregado das peças em mal estado de conservação.

3.2.12 - A Contratada deverá disponibilizar os uniformes e calçados nos diversos tamanhos, no caso de não dispor de uniformes e calçados nos tamanhos adequados aos usuários, estes deverão ser confeccionados sob medida;

3.2.13 - A Contratada deverá fornecer a cada ascensorista 03 (*três*) camisas sociais (manga curta), preferencialmente, na cor amarelo-claro ou branca, 02 (*duas*) calças ou saias sociais, preferencialmente, na cor preta, 01 (*uma*) gravata, preferencialmente, na cor preta ou 01 (*um*) lenço para gola de camisa, preferencialmente, na cor preta, 01 (*um*) paletó, 01 (*um*) cinto de couro preto, 02 (*dois*) pares de meias pretas masculinas ou 02 (*duas*) meias-calça femininas em cor natural, 02 (*dois*) pares de sapato preto, masculino ou feminino, tipo Vulcabras.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

4.1 - A Contratada deverá efetuar os pagamentos dos salários e demais benefícios na sede do Contratante, sendo que, na hipótese de a mesma optar por pagamento em cheque



ou crédito em conta-salário, deverá eleger um dos estabelecimentos bancários existentes na sede do Contratante para operacionalizar o pagamento.

4.1.1 - A remuneração dos ascensoristas corresponderá ao previsto na tabela do SINDICATO DOS CABINEIROS DE ELEVADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

4.2 - A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados alocados nas dependências do Contratante, crachás de identificação, contendo os dados pessoais do empregado, fotografia e função.

4.3 - A Contratada fornecerá, diariamente, café da manhã, com base na legislação em vigor (Lei Municipal nº 1.418, de 27.06.89), para os ascensoristas que chegarem com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos aos seus turnos de trabalho e cujos turnos se iniciem entre 07:00 e 11:00 horas da manhã.

4.4 - A Contratada fornecerá a todos os seus empregados, mensalmente, auxílio alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pelas Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo Sindicato dos Cabineiros de Elevador do Município do Rio de Janeiro para a respectiva categoria.

4.5 - A Contratada fornecerá os vales-transportes em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87 e alterações), devendo os vales-transportes atender integralmente às necessidades do empregado.

4.5.1 – Poderá ser utilizado, nesse caso, o Bilhete Único (Lei nº 5628 de 29/12/2009 e Lei nº 5211 de 01/07/2010), desde que atenda às necessidades do empregado.

4.6 - A Contratada utilizará, na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, mão-de-obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.

4.7 - A Contratada deverá manter atualizada junto ao Contratante a relação nominal dos empregados designados para a prestação dos serviços, indicando a função e data de admissão e deverá ser digitada em forma de planilha.

4.8 - A Contratada se obrigará a designar formalmente preposto, que acompanhará o Contrato, sendo este o elo da mesma com o Contratante, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual, sobretudo no que concerne à substituição de empregados, regularização de pendências relacionadas a vales-refeição, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como no tocante à fiscalização das condições de apresentação dos empregados (uniformes e crachás).

4.9 - A Contratada afastará ou substituirá, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço.

4.10 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que



involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.11 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

4.12 - A Contratada deverá manter seus empregados, locados na execução do serviço, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir essa comprovação.

4.13 - A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir direta ou indireta, nas atividades do Contratante.

4.14 - A Contratada deverá manter sediados no Contratante durante os turnos de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com a garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

4.15 - A Contratada deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

4.16 - Será de responsabilidade da Contratada:

4.16.1 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.16.2 – Assumir quaisquer indenizações devidas aos seus empregados, inclusive àquelas relativas a acidentes de trabalho, bem como, a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil e penal, decorrente do presente Contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.16.3 - Selecionar e preparar rigorosamente as pessoas que irão prestar os serviços, encaminhando empregados com funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente;

4.16.4 - Promover palestras semestrais sobre as atividades desenvolvidas pelos ascensoristas, visando a qualificação e orientação permanente de todos os seus empregados;

4.16.5 - Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e carteira de identidade (RG);

4.16.6 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas a segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção individual (EPI), tais como aventais, guarda pós, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, sendo o ônus da paralisação de inteira responsabilidade da Contratada;

4.16.7 - Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

4.16.8 - Instruir os seus empregados quanto às orientações para prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;





4.16.9 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

4.16.10 - Dispor de plano de contingência e de todos os recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho sempre garantidos, inclusive em situações atípicas, tais como as de greve de seus empregados, anormalidade de funcionamento dos meios públicos de transporte, ou quaisquer outras, de modo a garantir a plena operacionalidade da execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional para o Contratante;

4.16.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.16.12 - Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, os empregados, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

4.16.13 - A Contratada deverá, obrigatoriamente, respeitar e atender todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos respectivos profissionais, pactuados nas Convenções Coletivas firmadas pelo Sindicato dos Cabineiros de Elevadores do município do Rio de Janeiro;

4.16.14 - Pagar em dia seus empregados nos termos da legislação aplicável;

4.16.15 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como as suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato;

4.16.16 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parciais ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

4.17 - A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o cumprimento das Normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, tais como: comprovar cumprir as normas referentes aos Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, implementação do programa de controle médico de saúde ocupacional.

4.18 - Relatar ao Contratante qualquer irregularidade observada nos postos, onde houver prestação de serviços;

4.19 - Manter preposto para receber e solucionar qualquer demanda do Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados;

4.19.1 – A Contratada deverá comprovar o estipulado no item anterior no prazo de 60 (*sessenta*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.20 – A Contratada deverá implantar imediatamente mão-de-obra no respectivo posto, devidamente uniformizada e identificada, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que impossibilite o seu atendimento;

4.21 – A Contratada deverá submeter, de imediato, para conferência e identificação pelo Contratante, as carteiras de trabalho e previdência social (CTPS) devidamente preenchidas e assinadas juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados, inclusive quando



houver demissão e/ou admissão de novos empregados para prestação dos serviços contratados.

4.22 – A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

4.23 - A Contratada deverá fornecer ao Contratante as informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e a CAGED.

4.24 – A Contratada deverá apresentar ao Contratante:

4.24.1 - Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

4.24.2 - Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao Contrato;

4.24.3 - Espelho da folha de pagamento específica do Contrato;

4.24.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

4.24.5 - Os recolhimentos das contribuições ao INSS;

4.24.6 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

4.24.7 - Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;

4.24.8 - Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.

4.25 - Os empregados da Contratada que exercerão o cargo da categoria de ascensorista nas dependências do Contratante deverão portar a devida habilitação profissional comprovada por certificado de conclusão de curso ministrado pelo SENAC.

4.26 - A Contratada deverá apresentar, no 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, certidão de regularidade para com as suas obrigações sindicais, conforme estabelecido na 32ª Cláusula, da Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013 entre o Sindicato dos Cabineiros de Elevadores do Município do Rio de Janeiro e o sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do estado do Rio de Janeiro.

4.27 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob penas de rescisão contratual.

4.28 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.28.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2013.

4.29 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos





Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.29.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2013;

4.29.2 – O prazo para apresentação das certidões mencionadas no subitem anterior é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

#### **5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

5.1.2 – **Definitivamente** – no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo por motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

##### **6.1 - DO PREÇO:**

##### **6.1.1 – ASCENSORISTA:**

I – MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO		
CATEGORIA PROFISSIONAL (ASCENSORISTA)	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
SALÁRIO		
ADICIONAL NOTURNO		
ADICIONAL PERICULOSIDADE		
ADICIONAL INSALUBRIDADE		
OUTROS (especificar)		
<b>TOTAL DE MÃO-DE-OBRA / REMUNERAÇÃO</b>		



Pregão Eletrônico nº 020/2013 – fundamentado na Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/05 Proc. TRF2-EOF-2013/00053

II – ENCARGOS SOCIAIS		
Grupo A – Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INSS		
FGTS		
SESI OU SESC		
SENAI OU SENAC		
INCRA		
SALÁRIO EDUCAÇÃO		
SEBRAE		
SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO/SAT/INSS		
<b>SUBTOTAL</b>		
GRUPO B – Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
FÉRIAS + 1/3 CONSTITUCIONAL SOBRE AS FÉRIAS		
FALTAS LEGAIS		
13º SALÁRIO		
AUXÍLIO-DOENÇA		
LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE		
AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
ACIDENTE DE TRABALHO		
<b>SUBTOTAL</b>		
GRUPO C – Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
INDENIZAÇÃO (rescisão s/ justa causa)		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (ART. 1º DA LEI 110/01)		
<b>SUBTOTAL</b>		
GRUPO D – Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
INCIDÊNCIA CUMULATIVA (GRUPO A x GRUPO B)		
<b>TOTAL DE ENCARGOS (A+B+C+D)</b>		
III – DEMAIS COMPONENTES		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
LUCRO		
DESPESAS ADM. E OPERACIONAIS		
<b>TOTAL DE DEMAIS COMPONENTES</b>		
IV – TRIBUTOS		
Descrição	PERCENTUAL (%)	PREÇO (R\$)
ISS		
PIS		
COFINS		



Pregão Eletrônico nº 020/2013 – fundamentado na Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/05 Proc. TRF2-EOF-2013/00053

TOTAL DE TRIBUTOS		
V – INSUMOS		
Descrição	PREÇO (R\$)	
TRANSPORTE		
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO (vales, cesta básica, etc.)		
UNIFORMES / EQUIPAMENTOS		
ASSISTÊNCIA MÉDICA		
SEGURO DE VIDA		
TREINAMENTO / CAPACITAÇÃO / RECICLAGEM		
AUXÍLIO-FUNERAL		
OUTROS (especificar)		
TOTAL DE INSUMOS		
TOTAIS		
ASCENSORISTA	PREÇO (R\$)	
MÃO-DE-OBRA		
ENCARGOS SOCIAIS		
DEMAIS COMPONENTES		
TRIBUTOS		
INSUMOS		
VALOR UNITÁRIO MENSAL (TABELAS I+II+III+IV+V) - Ascensorista		

6.1.2 - PLANILHA TOTALIZADORA			
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)
ASCENSORISTA	10		

6.1.3 - HORA EXTRA		
CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
	50%	100%
ASCENSORISTA		

6.1.4 – O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
 (\_\_\_\_\_);

6.1.5 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
 (\_\_\_\_\_);



6.1.6 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados;

6.1.7 – Os valores referentes às horas extras não integram a Planilha Totalizadora do preço da mão-de-obra, constante do subitem 6.1.2.

## 6.2 - DA REPACTUAÇÃO:

6.2.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (*um*) ano.

6.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (*um*) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

6.2.2 - Nas repactuações subseqüentes à primeira, o interregno de 01 (*um*) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

6.2.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

6.2.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

6.2.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.



6.2.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:

6.2.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;

6.2.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;

6.2.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

6.2.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

6.2.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.2.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.

6.2.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

6.2.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:

6.2.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.2.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;

6.2.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.2.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

### 6.3 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.3.1 – O pagamento será efetuado, mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, no prazo de 10 (*dez*) dias úteis, contados da data da emissão do referido atesto, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

6.3.1.1 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços



de Qualquer Natureza;

6.3.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.3.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras (NUCOMP) do Contratante, situado na Rua Acre, n.º 80, 16º andar, sala 1.604, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.gov.br](mailto:dicom@trf2.gov.br), na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhado dos seguintes documentos:

6.3.2.1 – Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

a) A folha de pagamento, mencionada no subitem anterior, deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre o esse valor.

6.3.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha de pagamento do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

6.3.2.3 – Cópia do recibo referente à entrega dos vales-refeição e vales-transporte, contendo as respectivas assinaturas dos empregados, do mês correspondente ao documento fiscal.

6.3.3 - Para fins do disposto no subitem 6.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

6.3.4 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

6.3.5 - A Contratada, na hipótese de ser optante pelo Simples Nacional, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do citado regime tributário, a contar do mês seguinte à data de assinatura deste Contrato, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123; conforme Decisão TCU 2.798/10.

6.3.5.1 - A fim de proceder à exclusão mencionada no item anterior, se for o caso, a Contratada deverá providenciar a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, comunicando a assinatura deste Contrato, cujo objeto é a prestação de serviço mediante cessão de mão-de-obra, situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar 123 de 2006;

6.3.5.2 - A Contratada deverá ainda, se for o caso, apresentar ao Contratante, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato, cópia do ofício,





mencionado no subitem anterior, na qual deverá constar comprovante de entrega e recebimento junto à Receita Federal do Brasil.

6.3.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.3.7 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se ao prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.8 – O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

6.3.8.1 - Existência de qualquer débito para com o mesmo;

6.3.8.2 - Se os serviços/materiais prestados/fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita;

6.3.8.3 - Existência de débitos para com terceiros relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao Contratante;

6.3.8.4 - Não apresentação por parte da Contratada da folha de pagamento do mês de referência, como também das guias de recolhimento da GPS e GFIP, ressaltando que, na hipótese de a mesma não estar sujeita às obrigações mencionadas, exigir-se-á a apresentação de documentos equivalentes.

6.3.9 - No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia, do valor mensal.

#### 6.4 – DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.4.1 - Serão retidos do pagamento mensal da Contratada e depositados na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

6.4.1.1 - Férias;

6.4.1.2 - 1/3 constitucional;

6.4.1.3 - 13º Salário;

6.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

6.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

6.4.1.6 - Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos.

6.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para retenção conforme Resolução nº 169/2013 e IN 001/2013-CJF	
Rubrica	%
Férias + 1/3 constitucional	12,12



13º Salário	9,09
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	7,59
Subtotal	33,16
<b>Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos</b>	
Percentual de lucro incidente sobre os encargos retidos	% de lucro x 33,16%

6.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 6.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

6.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta vinculada e de Termo específico junto à CEF.

6.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o item 9.4 do presente Contrato.

6.4.7 - Os saldos da conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados pelo índice da poupança, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

6.4.8 - A abertura e manutenção da conta-corrente vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

6.4.9 - Eventuais saldos da conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, somente serão liberados à Contratada se após dois anos do término do Contrato o empregado que estava alocado na execução do Contrato não acionar a Justiça do Trabalho.

6.4.10 - Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para conta-corrente judicial, o Contratante notificará a Contratada sobre a ordem judicial e informará que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subseqüentes a serem efetuados à Contratada e depositados na conta-corrente vinculada para composição do saldo.

6.4.11 - A Contratada poderá:

6.4.11.1 – solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-corrente vinculada os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 6.4.1, desde que



comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.11.2 – movimentar os recursos da conta-corrente vinculada diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.11.3 - Nas hipóteses abordadas no subitem 6.4.11.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

- a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes ao percentual de lucro e incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

6.4.12 - O resgate dos recursos da conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação, previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante,



dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 6.4.1, podendo, ainda, requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas.

6.4.13 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 6.4.11.1, após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

6.4.14 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31.01.2013, do Conselho Nacional de Justiça e da IN 001, de 11/04/2013 do Conselho da Justiça Federal deverão ser observados na execução contratual.

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.37.01	060.076	

7.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios de 2013, a despesa será incluída nas propostas orçamentárias para os citados exercício, condicionada à aprovação das mesmas.

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

8.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, sob a modalidade \_\_\_\_\_, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (\_\_\_\_\_) do valor global deste Contrato.

8.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e mantê-la **válida e atualizada**.

8.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

8.4 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e das demais sanções previstas no Contrato.

8.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

8.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8666/93.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES:**

9.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



9.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

9.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

9.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

9.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

9.5 – Caso as multas mencionadas nos itens 9.3 e 9.4 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6 - Se as multas estipuladas nos itens 9.3 e 9.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

9.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

9.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93.

9.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ª RG, de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

9.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

9.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

9.12 - A Contratada poderá, ainda, em conformidade com o que dispõe o artigo 7º da Lei nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito



Federal ou Municípios e ser descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores mencionados no inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13 – Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO:**

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

10.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 020/2013 e seus Anexos I, II, IV, V e VI;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/2013, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. \_\_/\_\_\_ do Processo;
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA fornecido pelo Núcleo de Atividades Auxiliares (NUATA), comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. \_\_\_ do Processo.

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".





## **12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:**

12.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

12.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

12.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

12.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

12.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

13.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

13.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

13.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

13.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

13.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

13.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Nona do presente Contrato.

## **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

14.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

14.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

## **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

15.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis n.º 9.069 de 29/06/95 e n.º 10.192 de 14/02/2001.



15.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 04 (*quatro*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.013.

---

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor Geral

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)